



O trabalho infantil e suas representações sociais: um estudo elaborado com crianças e adolescentes na cidade de Teresina - PI

Ricardo Santos de Deus Cruz¹
Ms. Maria Zilda Silva Soares²

Resumo: Este artigo se baseia na investigação sobre as representações sociais do trabalho infantil no que se referem às concepções, motivações e afetos presentes nos discursos de crianças e adolescentes a respeito do trabalho que elas praticam nas ruas. Pode-se dizer, pois que o trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país. Tendo como lugar de maior concentração os bairros Centro, Tabuleta, São Pedro da cidade de Teresina-PI. A amostra foi composta por 06 sujeitos do sexo masculino sendo 01 criança e 05 adolescentes, com idade variando entre 10 e 16 anos. Para a coleta de dados, utilizaram-se dois instrumentos: O Teste de Associação Livre de Palavras (DE ROSA, 1998) e a Entrevista estruturada. Os dados foram submetidos à Técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1991). Nos resultados surgiram quatro categorias: “Olhares sobre o Trabalho”, “Motivos e Importância do Trabalho”, “Sentimentos no Trabalho” e “Significado do Trabalho Infantil”. Concluiu-se que as Representações Sociais do Trabalho Infantil estão relacionadas com as necessidades básicas de manutenção econômica/financeira do sujeito. O trabalho é percebido como algo que dignifica o sujeito, quanto mais cedo este começa mais “crescimento pessoal” obterá.

¹Graduando de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho

²Professora Doutoranda da Faculdade Santo Agostinho



Palavras-chave: Representação Social, Trabalho Infantil, criança e adolescente.

1. Introdução

Em diferentes países, de maneira geral, o trabalho infantil costuma ser definido como aquele realizado por “crianças e adolescentes”. Isso significa que a permissão (ou a proibição) para a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho é estabelecida em lei de acordo com a idade. No entanto, esse recorte é móvel, varia de sociedade para sociedade e, em cada uma, muda, também, de acordo com a compreensão do que seja infância e adolescência.

O artigo representa uma pesquisa envolvendo crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), onde foram investigados concepções, motivações e afetos presentes nos discursos de crianças e adolescentes a respeito do trabalho que elas praticam nas ruas. Para tal pesquisa, foi utilizada a Teoria das Representações Sociais, elaborada na década de 60, referindo-se a “um conjunto de conceitos proposições e explicações criadas na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual” (MOSCOVICI, 1981, p.181).

Em seguida pode-se verificar a metodologia utilizada para a escolha dos referidos locais de investigação, onde os mesmos preencheram critérios preestabelecidos à consecução da pesquisa, ou seja, locais onde os sujeitos encontravam-se em pleno trabalho infantil.

Os resultados obtidos através da análise de conteúdo, confirmaram os objetivos que a pesquisa se propôs, tendo em vista que foram percebidas quais concepções, motivações e afetos que os sujeitos sociais possuem ao se depararem no trabalho infantil.

2. A História brasileira e piauiense sobre o trabalho infantil: mitos e verdades

A legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. Está em consonância inclusive com os padrões internacionais, consolidados pelas seguintes convenções: convenção 138, da organização internacional do trabalho, sobre a idade mínima, 1973 que objetiva a abolição do trabalho infantil ao estipular que a idade mínima de admissão ao trabalho ou ao emprego não deverá ser inferior à idade da



conclusão do ensino obrigatório; convenção 182, da organização internacional do trabalho, sobre as piores formas de trabalho infantil, de 1999 que defende a adoção de medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil e das perigosas, penosas, insalubres ou degradantes (OIT, 2001).

Todas elas já foram ratificadas pelo Brasil. Essas convenções são tratados internacionais. Ao serem ratificadas por um estado membro, implicam um compromisso com a adaptação das leis nacionais e do desenvolvimento de programas de ação específicos e imediatos.

A legislação internacional foi o esteio para que, depois de uma longa discussão com a participação da sociedade civil organizada, o Congresso Nacional aprovasse a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda que relativamente pouco conhecido em profundidade pela sociedade brasileira, o ECA, com seus 267 artigos, é o principal instrumento legal que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Trabalho infanto-juvenil também é regulamentado pela Constituição Federal (Título VIII, Capítulo VII, artigo 227) e pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Capítulo IV, artigos 402 a 441) (OIT, 2001).

Os anos 90 foram decisivos para o início do movimento contra o trabalho infantil, tanto para a mobilização da sociedade civil como para a implementação de políticas públicas de assistência social. Em 1992, o número de crianças e adolescentes exercendo algum tipo de atividade econômica era de 9,7 milhões. A estimativa do total de crianças e adolescentes (10 à 17 anos) trabalhando no Brasil em 1998 é de 7,7 milhões. Isso aponta uma tendência de redução que, no entanto, ainda é muito lenta (OIT, 2001).

Continuando, cabe notar que, dentre os que trabalham aproximadamente a metade têm entre 16 e 17 anos, estando, portanto na faixa etária permitida pela legislação brasileira para o ingresso no mercado de trabalho. Para conhecer melhor o fenômeno do trabalho precoce, é preciso, desagregar os dados por faixa etária. Os indicadores sobre a participação de criança na força de trabalho mostram que essa participação cresce com a idade e é maior entre os meninos do que entre as meninas (com ressalva da invisibilidade e maior dificuldade de estimativa do trabalho destas em casa) decresce com o aumento do nível de renda das famílias onde estão inseridas; e é mais elevada na área rural do que na urbana.



É preciso ressaltar que, ao longo da década de 90, os dados mostram que houve uma redução no número de crianças trabalhando. Isso provavelmente se deve ao fato da sociedade estar mais atenta e denunciar a exploração de crianças e adolescentes. Também, pode estar refletindo a vigência de algumas estruturas de controle social e a implementação do ECA (OIT, 2001).

Dados da Pesquisa Nacional de Amostragem e Domicílio - demonstraram que 2.703.031 crianças e adolescentes entre 05 e 15 anos encontram-se inseridas nas piores formas de trabalho infantil no Brasil e residem, em sua maioria (48%), no Nordeste do país (PNAD/, 2003). No Piauí, os mapas do Trabalho Infantil de 1998 e 2002 segundo pesquisas executadas pela Ação Social Arquidiocesana de Teresina - ASA verificam focos de exploração da mão-de-obra infantil no Estado.

O 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humano, elaborado pela Universidade de São Paulo - USP, correspondente ao ano de 2004, revela que o Piauí apresenta a maior concentração de mão-de-obra infantil no país, com alto percentual (22,8), superando o Estado do Tocantins, que liderava com 12,2%.

No contexto teresinense, dados divulgados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontaram que cerca de 18mil crianças e adolescentes também desenvolviam diversas atividades (PNAD/IBGE, 2001).

A pesquisa realizada em 2006, pelo projeto CATAVENTO também confirmou números e dados alarmantes sobre as piores formas de trabalho infantil no Piauí. Analisando os dados sobre as crianças e os adolescentes em situação de trabalho infantil nas suas piores formas na cidade de Teresina, constata-se que é na faixa etária de 15 a 16 anos, que foi encontrado o índice mais elevado de participação, com 31,8%, concentrando-se nas faixas etárias proibidas por lei, e o que é mais grave, existe um número elevado de crianças na faixa 05 a 11 anos – 25,7%, em situação de exploração infantil, revelando que, em Teresina, as crianças iniciam muito precocemente a atividade laboral, até nas piores formas.

Na publicação da OIT (1993), são destacadas as seguintes dificuldades na fiscalização do trabalho infantil: Este é freqüentemente uma questão de sobrevivência para o menor e sua família, a pobreza é a principal causa, mas esta não se elimina por decreto. A ilegalidade persiste, sendo, de um lado, produto de demanda de emprego para menores para uma renda de subsistência e, de outro, de uma oferta de trabalho pouco qualificado e barato. Além disso, os próprios pais destes menores funcionam como um obstáculo a esta fiscalização. Muitos



deles trabalharam desde muito jovens e raramente freqüentaram a escola. Ao ver muitos adultos instruídos, mas desempregados ou subempregados, consideram que é melhor que seus filhos aprendam um ofício no trabalho do que freqüentarem a escola.

A pesquisa em questão buscou as representações sociais do trabalho infantil no que se referem às concepções, motivações e afetos presentes nos discursos de crianças e adolescentes a respeito do trabalho que elas praticam nas ruas a partir dos seus discursos revelando as representações sociais do trabalho infantil nos seus aspectos conceituais, simbólicos e comportamentais

3. Percurso metodológico e a teoria das representações sociais

A pesquisa foi do tipo exploratório e descritivo, de cunho qualitativo, em que se priorizará a fala dos participantes, realizado no Centro da Cidade de Teresina-Pi. A amostra foi composta por 06 sujeitos do sexo masculina sendo 01 criança e 05 adolescentes. O horário das entrevistas foi entre 8h e 12h.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos: O Teste de Associação Livre de Palavras (DE Rosa, 1998), com a palavra indutora “Trabalho” e uma entrevista estruturada contendo as seguintes indagações: a primeira foi “Para você o que significa o trabalho?”, a segunda foi “Quais os motivos que levaram você a trabalhar?”, a terceira foi “Como você se sente trabalhando?”, a quarta foi “Qual é a importância do trabalho para você?” Os dados foram submetidos à Técnica de Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 1991).

O roteiro teórico-metodológico foi baseado na Teoria das Representações Sociais, que ressalta aspectos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas. Por esse motivo a pesquisa baseou-se no âmbito social articulado com referências sobre o trabalho infantil.

O conceito de Representação Social foi proposto por Moscovici na década de 60 e refere-se a “um conjunto de conceitos, proposições e explicações criadas na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual” (Moscovici, 1981, p. 181).

Dessa forma, demarcando o paradigma comportamentalista, ocorre uma superação dos modelos que consideram as representações como meras variáveis mediadoras entre o estímulo e a resposta para considerá-las como estímulos independentes, que estão na origem não só das respostas comportamentais, mas também da forma como são percebidos os estímulos (Moscovici, 1984, p. 62).



A Representação é assim entendida como “construção de um objeto e expressão de um sujeito, já que trata de uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Vala, J., 1993, p. 354).

Segundo Maria Santos (2005, p. 17), em seu artigo “A Teoria das Representações Sociais”, Moscovici ao propor a Teoria das Representações Sociais buscou uma articulação entre a ação e o conhecimento na análise das relações sociais do sujeito com os outros, e com o mundo. A percepção do sujeito é de forma ativa, onde o mesmo é construtor da realidade social e nela construído.

Dessa forma a Representação Social é um conjunto de conceitos articulados que tem origem nas práticas sociais e diversidades grupais cuja função é dar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações e orientar as condutas (Santos, M., 2005, p. 34).

Quanto à sua construção as Representações Sociais devem passar por dois processos (Santos, M., 2005, p. 31), que são: a Objetivação “A objetivação une a idéia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” e a Ancoragem que permite “classificar e dar nome a alguma coisa (Moscovici, 2003, p 71.).

Segundo Santos (2005, p. 35), As Representações Sociais tem quatro funções que se destacam: a) Função de saber serve para que possamos explicar compreender e dar sentido à realidade social; b) Função de orientação: são guias de conduta, orientam as práticas sociais; c) Função identitária: possibilita uma identidade grupal e, por consequência, permite a diferenciação grupal; d) Função justificadora: servem como referências justificadoras do comportamento ou conduta relativo a determinados objetivos.

Esse artigo busca abordar as formas como o sujeito se percebe no trabalho vivenciado por eles, bem como, compreender o contexto histórico, social e a cultura marcadamente heterogênea que configuram esse ser que se encontra em trabalho infantil. Assim Moscovici (2003, p. 322) afirma que (...) quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga sociedade ou indivíduos a sua cultura, sua linguagem e seu mundo familiar.



4. Aspectos motivacionais, psicológicos e comportamentais envolvidos no trabalho infantil: os resultados da pesquisa.

Os resultados dos discursos relatados pelos sujeitos da pesquisa apontaram três categorias, com suas respectivas subcategorias, que simbolizam as Representações Sociais em torno da temática do trabalho. As categorias serão apresentadas em ordem decrescente de unidades de análise, ressaltando que a categoria “Olhares sobre o Trabalho” foi obtida através do teste de Associação Livre de Palavras e as demais categorias através das entrevistas estruturadas.

A categoria mais evidenciada foi “Olhares sobre o Trabalho” com 34 unidades de análise e 03 subcategorias, originadas a partir de palavras soltas pronunciadas pelos sujeitos durante o Teste de Associação Livres de Palavras, onde as imagens estão relacionadas com a representatividade que o trabalho possui, sendo a primeira subcategoria “lazer” (15 unidades de análise) relacionado a ocupação, brincadeira, entretenimento, diversão, prazer que o sujeito vivencia durante o trabalho; em seguida “independência”(13 unidades de análise), onde os sujeitos afirmaram construir e ter diante da obtenção de dinheiro para manutenção pessoal e familiar; a outra subcategoria e “ruim”(06 unidades de análise) relacionado a sensações de stress, mal estar, obrigação que o trabalho pode causar.

A segunda categoria foi “Motivos e Importância do Trabalho” com 20 unidades de análise, subdividida em 04 subcategorias: “dinheiro” (07 unidades de análise), onde os sujeitos da pesquisa relataram que com o trabalho eles poderiam garantir uma condição financeira melhor para sua família; ‘parentes’(04 unidades de análise), nesta eles apontaram que pais, tios e avós eram motivadores da inserção deles no trabalho infantil; outra subcategoria foi ‘sobrevivência’ (05 unidades de análise), em que os sujeitos relataram que o trabalho era a única opção de vida; outra subcategoria ‘drogas’ (03 unidades de análise), os sujeitos afirmaram que trabalham para manter o uso de drogas.

A terceira categoria “Sentimentos no Trabalho” com 19 unidades de análise, possui 04 subcategorias, essa categoria se refere aos sentimentos que os sujeitos elaboram a partir da experiência que é vivenciada no trabalho, os sentimentos mais apontados foram: “bem-estar” com 10 unidades de análise, pontuando felicidade e prazer ao estarem trabalhando; outra subcategoria foi “confortável” com 05 unidades ao manifestarem-se sobre o local do trabalho; a subcategoria seguinte foi tristeza com 02 unidades de análise onde os sujeitos se posicionam de forma desanimada diante do trabalho; a outra subcategoria foi “discriminado” com 02 unidades de análise que surge perante o olhar criminoso e preconceituoso



que a sociedade tem frente ao trabalho nessa faixa etária.

A quarta categoria “Significados do trabalho infantil” com 13 unidades de análise, essa categoria representa as diversas formas de como sujeito interpreta o trabalho infantil, foi subdividida em 05 subcategorias: “crescimento pessoal” (04 unidades de análise) relacionado com obtenção de objetos ou poder de compra; a outra subcategoria “sobrevivência” onde os sujeitos afirmam que o trabalho é a manutenção da sua vida, pois conseguem se manter e sustentar a sua família com 04 unidades de análise); a seguinte subcategoria é “dignidade” com 04 unidades de análise, onde foi ressaltado que muitos familiares aceitam e estimulam o trabalho com ação positiva; em seguida subcategoria “diversão”, que apesar de possuir apenas 01 unidade de análise pode ser relacionada com outras subcategorias encontradas em categorias anteriores como bem-estar e confortável; a última subcategoria foi “sofrimento” com apenas 01 unidade de análise e expressada por apenas um sujeito onde o mesmo descrevia a tristeza em todo o espaço de trabalho.

Os resultados apontados acima serão melhor visualizados através da tabela com os dados quantitativos a seguir:

TABELA 01: CATEGORIAS ENCONTRADAS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA CIDADE DE TERESINA-PI, 2010.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADE DE ANÁLISE	UNIDADE DE ANÁLISE (TOTAL)
OLHARES SOBRE O TRABALHO	Lazer	15	34
	Independência	13	
	Ruim	06	
MOTIVOS E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO	Dinheiro	07	20
	Parentes	04	
	Sobrevivência	05	
	Drogas	03	
SENTIMENTOS NO TRABALHO	Confortável	05	19
	Triste	02	
	Discriminado	02	
SIGNIFICADOS DO TRABALHO INFANTIL	Bem-estar	10	13
	Sofrimento	01	
	Sobrevivência	04	
	Crescimento pessoal	04	
	Dignidade	04	
Diversão	01		

Fonte: Teste de associação livre de palavras e entrevista estruturada com sujeitos no trabalho infantil, na cidade de Teresina - PI, 2010



Considerações finais

As Representações Sociais envolvidas com o Trabalho Infantil, segundo a narrativa de quem vivencia esse processo – nesse caso, crianças e adolescentes, estão mais direcionadas ao fator financeiro de sobrevivência, independência e poder de compra; somando-se a isso, de acordo com a análise quanti-qualitativa, as crianças e adolescentes apontaram em maior número de unidades de análise se sentirem confortáveis e com bem-estar diante da prática do trabalho na rua, indicando lazer, atender as motivações dos familiares e adquirirem um crescimento pessoal.

É evidente, também, que algumas subcategorias, apesar de uma menor estatística, apresentaram uma posição negativa diante do trabalho infantil; os sujeitos relataram sentimentos de tristeza e sofrimento, além de narrarem que se sentem discriminados pela sociedade e que o trabalho infantil também pode significar uma renda para obtenção de drogas, apontando um dado muito preocupante para a vida dessas pessoas.

O estímulo dos parentes a inserção precoce no trabalho, a ausência de renda familiar, as necessidades básicas de manutenção retroalimentam a sua manutenção e valorização levando ao sujeito a terem o trabalho com fato que proporciona desde o lazer até o sofrimento pessoal e social (preconceito), levando esse sujeito a um amadurecimento precoce não efetivando assim alguns ritos necessários para seu desenvolvimento e aceitando como “natural” e muitas vezes imutável.

Valorizando em excesso o trabalho como fio condutor de obtenção de suas realizações mesmo sendo alvo constante de sofrimento (tristeza, desânimo) onde são reprimidos pois não se consegue visualizar mecanismos de superação. Com o trabalho inserido em sua rotina se sentem mais seguros, para não serem manipulados para criminalidade e em alguns casos para a situação de rua.

Vale ressaltar que apenas um sujeito frisou diretamente que o trabalho traz sofrimento em todas as suas realizações sendo que na maioria dos sujeitos o trabalho é percebido como algo que dignifica o sujeito quanto mais cedo este começa mais “crescimento pessoal” obterá.





Referências

- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores**. Brasília: OIT, 2001.VII.
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil**. 2004.
- BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.
- Relatório de Pesquisa. **Censo das Vilas e Favelas de Teresina**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 1999.
- BRASIL. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. **Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**: Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria da Inspeção do Trabalho, 2004.
- Bardin, L. (1991). **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. Persona.
- Jodelet, D. (1989). **Les Representations Sociales**. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Sá, C. P. (1998). **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Vala, J. P. (1993). **As Representações Sociais no quadro dos Paradigmas e Metáforas da Psicologia Social**. Lisboa: Edições Afrontamentos.

Abstract

This article is based on research on social representations of child labor as they relate to conceptions, motivations and emotions of the discourse of children and adolescents about the work that they practice on the streets. You could say, because that child labor is that performed by children and adolescents who are below the minimum age for entry into the labor market, according to the law of the country. Having a place of higher concentration neighborhoods Center, Tablet, St. Peter of Teresina-PI. The sample consisted of 06 male subjects and 01 children and 05 teenagers, aged between 10 and 16 years. For data collection, we used two





instruments: The Test of Free Association of Words (Rose, 1998) and structured interview. The data were submitted to the Technical Content Analysis (Bardin, 1991). Results in four categories emerged: "Perspectives on Work," "Reasons and Importance of Work," "Feelings at Work" and "Meaning of Child Labor." It was concluded that the social representations of child labor are related to the basic needs of maintaining economic / financial subject. The work is perceived as something that honors the man, the sooner this gets more "personal growth" will be.

Keywords: Social Representation, Child Labor, child and adolescent